

CONTABILIDADE FINANCEIRA II

Exame Recurso

Ano Letivo: 2011/2012 **Semestre:** 2º **Data:** 5/Julho/2012

Época: Recurso

Curso: Licenciatura em GESTÃO e licenciatura em ECONOMIA

Duração: 2h 00m

A integridade académica é um valor fundamental da FEUC. O Regulamento Pedagógico da UC proíbe e sanciona as várias formas de fraude académica. Durante a realização das provas escritas é exigido que:

- Não usem materiais de consulta, máquinas calculadoras gráficas ou quaisquer outros equipamentos eletrónicos, exceto se tal for explicitamente permitido pelo responsável da unidade curricular em causa;
- Não transmitam as questões da prova a outras pessoas;
- Mantenham desligados quaisquer equipamentos de comunicação;
- Usem exclusivamente as folhas de exame fornecidas pelos vigilantes da prova.

A comprovada fraude académica determina a anulação da prova, a impossibilidade de o/a Estudante concluir a unidade curricular com aproveitamento, a comunicação ao Diretor da FEUC e, eventualmente, a comunicação ao Reitor, para aplicação de sanções disciplinares.

Notas importantes:

- Responda às questões do Grupo I assinalando um círculo na alínea respectiva; os Grupos II e III devem ser resolvidos na folha de teste.
- Cada questão no Grupo I tem apenas UMA resposta correta (**1 valor**); cada **resposta errada** implica **desconto de 0,25 valores**.
- Para a realização da prova pode usar apenas CALCULADORA e o CÓDIGO DE CONTAS DO SNC, sendo proibido o uso de CALCULADORAS GRÁFICAS E TELEMÓVEIS.

NOME:

Nº ESTUDANTE:

GRUPO I (5 valores)

1. A empresa XPTO,Lda apresenta o seguinte resumo da folha de processamento de salários em 28/11/N, referente ao mês em curso:

Vencimento base: €10.000

Prémio de produtividade: €2.000

Subsidio de refeição: €1.750

TSU trabalhadores: 11%

Taxa média de retenção de IRS trabalhadores: 8%

Qual dos seguintes registos contabilísticos está correto?

	Débito		Crédito	
	Conta	Valor	Conta	Valor
a)	2312	11.470	12	11.470
b)	632	13.750	12	13.750
c)	2312	11.850	12	11.850
d)	Nenhuma das afirmações anteriores			

2. Em 15/11/N, ABC, Lda comprou 10 unidades de mercadorias a €7,00 cada +IVA 20%. Obteve-se um desconto comercial de 2%. Em 20/11/N, ABC vendeu 5 dessas unidades ao seu cliente Jota, Lda, ao preço de €12,00 cada +IVA 20%. ABC concedeu um desconto de quantidade de 1%. Em 22/11/N, Jota, Lda devolveu 2 unidades de mercadoria por se encontrarem com defeito.

Qual o registo contabilístico a efetuar no que diz respeito à devolução?

	Débito		Crédito	
	Conta	Valor	Conta	Valor
a)	717	23,76	211	28,51
	24341	4,75		
	32	13,72	611	13,72
b)	211	28,51	717	23,76
			24341	4,75
	717	23,76	32	23,76
c)	717	23,76	211	28,51
	24341	4,75		
	32	14,00	717	14,00
d)	Nenhuma das afirmações anteriores			

3. Relativamente aos ativos intangíveis, qual das seguintes afirmações está **incorreta**:

- a) Um ativo intangível deve ser reconhecido se, e apenas se, for provável que os benefícios económicos futuros esperados fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser fiavelmente mensurado;
 - b) Regra geral o valor residual de um ativo fixo intangível é zero, quando não é zero, implica que uma entidade espera alienar o ativo intangível antes do fim da sua vida económica;
 - c) Os ativos intangíveis são identificáveis, não monetários, sem substância física, controlados pela empresa e usados por mais de um período;
 - d) Na troca de ativos, um ou mais ativos intangíveis podem ser adquiridos em troca de um ou mais ativos monetários e não monetários e o custo desse activo intangível é sempre mensurado pelo justo valor.
4. O § 62 da NCRF 7 refere como métodos de depreciação a usar para imputar a quantia depreciable de um ativo, numa base sistemática durante a sua vida útil, o *método da linha reta*, o *método do saldo decrescente* e o *método das unidades de produção*. Das seguintes afirmações, qual é a verdadeira:
- a) O uso do método da linha reta pressupõe que o consumo dos benefícios económicos incorporados nos ativos é maior nos primeiros anos de vida útil.
 - b) A aplicação do método do saldo decrescente conduz a um desequilíbrio dos gastos totais com o ativo ao longo da sua vida útil, agravando-os na parte final, quando os gastos de manutenção são também mais elevados.
 - c) Em qualquer dos métodos o valor residual não é depreciable.
 - d) A depreciação pelo método das unidades de produção resulta num débito constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.
5. Qual das seguintes situações é considerada crédito de cobrança duvidosa?
- a) A Câmara Municipal de Leiria tem uma dívida em mora há 14 meses.
 - b) Tomás Sousa, sócio da Sousa & Bento, Lda, detendo 15% do capital social, deve à empresa €2.500 há 9 meses.
 - c) ABC,Lda deve €3.000 a TT,Lda há 5 meses. Este instaurou um processo em tribunal para exigir o pagamento da dívida.
 - d) Todas as afirmações anteriores.

GRUPO II (5 valores)

1. [5,0] Indique, **justificando**, se as seguintes afirmações são Verdadeiras (V) ou Falsas (F). No caso de ser falsa, **reescreva a frase de modo a torná-la verdadeira**:
- a) [1,0] Entende-se por letra comercial um título de crédito à ordem pelo qual o subscritor se compromete para com o beneficiário a pagar determinada quantia numa data certa.
 - b) [1,0] Quando existir dúvidas acerca da cobrabilidade de um crédito qual a opção que deve ser tomada pela gestão da empresa: "Deve ser reconhecido um ajustamento no valor do crédito inicialmente reconhecido".
 - c) [1,0] No registo contabilístico do reconhecimento de um crédito de vendas o que difere quando a empresa utiliza sistema de inventário permanente ou intermitente: "No sistema de

inventário permanente é movimentada a conta 32 a débito enquanto no sistema de inventário intermitente não é movimentada”.

- d) **[1,0]** “Os descontos de pronto pagamento concedidos a clientes na venda de mercadorias, deduzem-se ao valor do rédito das mercadorias”.
- e) **[1,0]** “O teste de imparidade de ativos intangíveis consiste em comparar, à data do balanço, a quantia escriturada do ativo com a quantia recuperável, sendo a perda por imparidade o excedente da quantia escriturada de um ativo em relação à sua quantia recuperável”.

GRUPO III (10 valores)

6. **[4 valores]** A empresa Miami, Lda. dedica-se à comercialização da mercadoria M. A empresa é sujeito passivo de IVA à taxa de 23%. No início do mês de Dezembro tinha no seu armazém de mercadorias 200 unidades adquiridas por 20€ cada e 300 unidades com valor total de 6.600 €. A empresa usa o sistema de inventário permanente e o custo médio ponderado para a valorização da saída dos inventários. Durante o mês de Dezembro de N foram realizadas, entre outras, as seguintes operações:
- a) Reforma parcial do n/ aceite a Gomes da Silva, Lda. de valor nominal 5.000 €, nas seguintes condições:
- 25% pago por cheque e
 - Nova letra a 60 dias, incluindo encargos de 50€.
- b) Fatura n.º 143, de Fixe, Lda. relativa a 400 unidades da mercadoria M, a 25 € cada unidade (+IVA 23%). Foi obtido um desconto comercial de 5%. Guia de entrada em armazém n.º 78.
- c) Pagamento de despesas de transporte relativa à aquisição das mercadorias da alínea anterior no valor de 200 € (+IVA 23%). Pagamento efetuado por cheque n.º 86589 sobre o Banco BIS.
- d) N/ Venda a dinheiro n.º 365, a Santos da Casa, Lda., relativa à venda de 350 unidades de mercadoria M a 40 € cada. Desconto de pronto pagamento concedido de 3%.
- e) Devolução de Santos da Casa, Lda. de 10 unidades de mercadoria M por se encontrarem com defeito.
- f) Processamento das remunerações relativas ao seu pessoal: remunerações líquidas: 7.700; taxa social única: 11%; taxa média de IRS: 12%; encargos sobre remunerações para a segurança social à taxa de 23,75%.
7. **[6 valores]** A empresa Brincolândia, Lda. dedica-se à produção e comercialização de diversos brinquedos de plástico.

(valores em €)

Descrição	Saldo	
	Devedor	Credor
21.9 – Clientes – Perdas por imparidade acumuladas		3.500
29.3 – Provisões – Processos judiciais em curso		3.000
31 – Compras	950.000	6.000
31.1 – Compras de mercadorias	600.000	
31.2 – Compras de matérias-primas	350.000	
31.7 – Devoluções de compras		4.500
31.7.1 – Mercadorias		2.000
31.7.2 – Matérias-primas		3.500

31.8 – Descontos e abatimentos em compras		1.500
31.8.2 – Matérias-primas		1.500
32 – Mercadorias	25.000	2.500
32.1 – Armazém A	25.000	
32.9 – Mercadorias – Perdas por imparidade acumuladas		1.500
33 – Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	30.000	
33.1 – Matérias-primas	30.000	
34 – Produtos acabados e intermédios	10.500	
34.1 – Armazém A	10.500	
38 – Regularizações de inventários	2.000	
38.2 – Mercadorias	2.000	
62 – Fornecimentos e serviços externos	100.000	
63 – Gastos com o pessoal	180.000	
68 – Gastos e Perdas	75.000	
69 – Gastos e perdas de financiamento	30.000	
71.1 – Vendas de mercadorias		1.640.000
71.8 – Descontos e abatimentos em vendas	30.000	

Para além do extrato do balancete de verificação do mês de Dezembro de N que se apresenta acima, conhece-se ainda a seguinte informação ainda não relevada na contabilidade:

1. A conta de gastos a reconhecer apresenta um saldo de 2.000 € referente ao seguro anual de responsabilidade civil pago em 30/11/N-1.
2. A Brincolândia, Lda. tem um depósito a prazo datado de 30 de Setembro de N, no valor de 100.000 €, que vence juros anuais à taxa de 6% (sujeitos a retenção na fonte à taxa liberatória de 25%).
3. Conhecem-se os seguintes dados:
 - 3.1. A empresa segue o critério fiscal para a constituição das perdas por imparidade das dívidas de cobrança duvidosa, tendo-se obtido a seguinte informação:

Cliente	Montante da dívida	Vencimento em	Critério Fiscal	
			Dívidas em mora	provisão
A	10.000 €	01/09/N	De 6 a 12 meses	25%
			De 12 a 18 meses	50%
B	5.000 €	01/02/N-1	De 18 a 24 meses	75%
			Mais de 24 meses	100%
C	500 €	31/01/N-2		

3.2. Existia em armazém um lote de 300 unidades de mercadoria, adquirida em N-2, cujo custo de aquisição foi de 6,00 €/unidade, mas que dificilmente serão vendidas, uma vez que o modelo deixou de ser moda.

3.3. Relativamente às provisões para outros riscos e encargos, apenas existe uma ação judicial contra a empresa, movida em 2/4/N, pelo facto de ter colocado lixo industrial num terreno próximo das instalações fabris, sendo pedida uma indemnização de 3.000 €. Existe uma elevada probabilidade da empresa vir a ser condenada, podendo os custos do processo ascender a 1.500 €.

4. A empresa tem uma propriedade de investimento adquirida em 23/3/N por 150.000 €. A empresa utiliza o **modelo do justo valor** na mensuração das suas propriedades de investimento. O valor indicado para esta propriedade à data de balanço foi de 170.000 € (avaliação efetuada por um perito independente).
5. Está por registar a estimativa dos encargos com as férias e subsídio de férias, referentes ao ano de N a pagar em N+1. A estimativa tem como base as remunerações processadas em Dezembro no

valor de € 10.000, admitindo-se um decrescimento dos salários em N+1 de 3% e um encargo com o seguro de acidentes de trabalho de 1%. A responsabilidade da empresa por encargos sociais é de 23,75%.

6. A empresa utiliza o sistema de inventário periódico. De acordo com o inventário realizado no final do ano, as existências em armazém ascendiam a:

- Matérias-primas	30.000 €
- Mercadorias	22.000 €
- Produtos acabados	8.500 €

7. A estimativa para impostos é determinada a uma taxa de 25 %.

Pedido: Efetue os lançamentos de regularização que considerar convenientes, bem como os lançamentos referentes ao apuramento de resultados.